

# A prática social da luta pela terra em assentamentos rurais: uma perspectiva geracional

*The social practice of land struggle in rural settlements: a generational perspective*

*La práctica social de la lucha por la tierra en los asentamientos rurales: una perspectiva generacional*

**DIOGO MARQUES TAFURI<sup>1</sup>**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, UFSCAR, SÃO CARLOS-SP, BRASIL**

## RESUMO

A luta pela terra constituiu-se historicamente enquanto prática social de resistência camponesa frente ao processo de expropriação, produção e reprodução social capitalista no meio rural brasileiro. Deste modo, movimentos e sujeitos sem-terra continuam assumindo o protagonismo da luta política exercida contra a concentração fundiária, a degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho nos territórios rurais. Considerando tal conjuntura, o presente artigo tem por objetivo discutir o fenômeno da prática social da luta pela terra em sua dimensão geracional, com foco analítico nos assentamentos rurais paulistas. O estudo foi elaborado por meio de revisão bibliográfica de literatura acadêmica especializada. Como resultado, argumentamos pela existência de uma ruptura geracional entre a primeira e segunda geração camponesa assentada, no que se refere aos modos de problematização, identificação, significação e formulação de projetos de vida ligados ao meio rural.

**Palavras-chave:** Reprodução Social Camponesa. Assentamentos Rurais. Sucessão Geracional.

## ABSTRACT

The struggle for land has historically constituted as a social practice of peasant resistance against the process of expropriation, production, and capitalist social reproduction in the Brazilian rural environment. Thus, landless movements and individuals continue to take on the role of political struggle against land concentration, environmental degradation, and the precarization of labor relations in rural territories. Considering this context, the present article aims to discuss the phenomenon of the social practice of the fight for land in its generational dimension, with analytical focus on rural settlements in São Paulo. The study was conducted through a literature review of specialized academic literature. As a result, we argue for the existence of a generational rupture between the first and second generations of settled peasants, concerning modes of problematization, identification, significance, and formulation of life projects linked to the rural environment.

**Keywords:** Peasant Social Reproduction. Rural Settlements. Generational Succession.

## RESUMEN

La lucha por la tierra se ha constituido históricamente como una práctica social de resistencia campesina frente al proceso de expropiación, producción y reproducción social capitalista en el medio rural brasileño. Así, los movimientos y sujetos sin tierra continúan asumiendo el protagonismo de la lucha política ejercida contra la concentración de tierras, la degradación ambiental y la precarización de las relaciones laborales en los territorios rurales. Considerando este contexto, el presente artículo tiene como objetivo discutir el fenómeno de la práctica social de la lucha por la tierra en su dimensión generacional, con enfoque analítico en los asentamientos rurales paulistas. El estudio se realizó mediante una revisión bibliográfica de literatura académica especializada. Como resultado, argumentamos la existencia de una ruptura generacional entre la primera y segunda generación campesina asentada, en lo que se refiere a los modos de problematización, identificación, significación y formulación de proyectos de vida vinculados al medio rural.

**Palabras clave:** Reproducción Social Campesina. Asentamientos Rurales. Sucesión Generacional.

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF/UFSCar) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar). E-mail: [diogotafuri@gmail.com](mailto:diogotafuri@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0880-1243>.

## INTRODUÇÃO

A prática social da luta pela terra constituiu-se historicamente no Brasil a partir da conformação secular de uma questão agrária própria a nossa formação social, definida pelo conjunto de ações e relações sociais estabelecidas no meio rural a partir do processo de expropriação, produção e reprodução capitalista, o qual instituiu, de forma geral e particular, o fenômeno da luta pela reforma agrária no país (Carvalho, 2011). Manifestando de modo mais intenso as tensões existentes entre a lógica rentista do capital agrário e as formas de apossamento que possibilitam a reprodução social camponesa, a reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira requereu não apenas a alienação do trabalho humano sob a forma de mais-valia, mas também a apropriação da terra enquanto fator fundamental de produção (Graziano da Silva, 1980; Martins, 1981).

Assim, num cenário de crise da agricultura tradicional frente ao processo de modernização capitalista e de fechamento do mercado de trabalho, a política de implantação de assentamentos rurais em território nacional possibilitou, paralelamente à manutenção da estrutura fundiária concentrada e à consolidação dos setores mais integrados aos mercados agroalimentares globais, uma alternativa de trabalho e oportunidade de obtenção de terra para uma população historicamente marginalizada e com inserção precária no mundo laboral (Leite, 2011). Considerando tal conjuntura, o presente artigo tem por objetivo discutir o fenômeno da prática social da luta pela terra em sua dimensão geracional, com foco analítico na experiência de reprodução social camponesa vivenciada nos assentamentos rurais paulistas.

O estudo foi elaborado por meio de revisão bibliográfica de literatura acadêmica especializada (Arbarotti; Martins, 2016; Gris; Lago; Brandalise, 2017; Vieira; Bahiense; Silva, 2019; Monteiro; Mujica, 2022) na temática abordada. O artigo está estruturado em cinco seções distintas: além desta introdução (I), contextualizaremos a prática social da luta pela terra como parte do processo contemporâneo de recampanização e de reordenamento dos territórios proporcionado pelos assentamentos rurais (II); em seguida, situaremos a questão da reprodução social e sucessão geracional camponesa dentro do campo de estudos da sociologia rural brasileira (III), de modo a fundamentar a discussão acerca das condições de permanência da juventude rural nos assentamentos contemporâneos (IV); por fim, teceremos algumas considerações acerca das perspectivas de reprodução geracional camponesa frente a uma possível ruptura existente entre a primeira e segunda geração assentada, no que se refere aos modos de problematização, identificação, significação e formulação de projetos de vida ligados ao meio rural.

## OS ASSENTAMENTOS RURAIS COMO QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI

O modelo hegemônico de desenvolvimento rural no estado de São Paulo concilia atualmente incremento tecnológico e diversificação agrícola, com destaque para a integração da agroindústria canavieira às grandes cadeias nacionais e internacionais do agronegócio. A constante busca do setor pela elevação de suas vantagens competitivas frente às determinações externas de mercado tem, historicamente, exacerbado os conflitos de interesses entre capital e trabalho no meio rural paulista. Isto tem se manifestado, especialmente, com as disputas pela posse da terra e pelo manejo dos recursos naturais, considerando a interface que estabelecem com o exercício autônomo ou subordinado do trabalho camponês (Corrêa; Tafuri; Carvalho, 2023).

Neste contexto, movimentos e sujeitos sem-terra têm assumido o protagonismo da luta política exercida contra a concentração fundiária, a degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho, alçando a luta pela reforma agrária e a constituição dos assentamentos

rurais ao âmago da compreensão do processo contemporâneo de recampanização e de reordenamento dos territórios<sup>2</sup>. Assim, considerando as continuidades e rupturas que constituem a complexa questão agrária no país, os assentamentos rurais constituíram-se como fenômeno persistente e característico da ruralidade brasileira atual<sup>3</sup>, configurando-se enquanto espaços de referência para formulação de políticas públicas de fomento à agricultura e, simultaneamente, de combate à pobreza rural, dada a heterogeneidade estrutural da produção agrícola familiar.

Dentro de tal contexto histórico, discutimos em pesquisa anterior o fenômeno da luta pela terra como meio de vida e condição camponesa no Brasil. Tal prática social se estabeleceu como parte do processo de produção e reprodução social capitalista nacional, constituindo experiências individuais e coletivas que, para os/as camponeses/as assentados/as por programas estatais de distribuição de terras, se expressou por meio de situações de expropriação, marginalização e exploração de um lado, e de luta e resistência, de outro, culminando entre outras conquistas com a constituição dos assentamentos rurais contemporâneos (Tafuri, 2019; 2021).

Por outro lado, argumentamos que a prática social da luta pela terra encontra ainda sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos que em parte caracteriza as condições de vida nos assentamentos rurais legalmente instituídos, dados os limites interpostos pela atuação insuficiente do Estado em relação ao provisionamento de infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial), pelas relações subordinadas estabelecidas com a economia de mercado capitalista, e pelo esgotamento da fertilidade da terra e dos recursos naturais causados pela exploração pregressa e rentista do solo reocupado (Tafuri; Gonçalves Junior, 2020; 2022a; 2022b). Por sua vez, estas limitações estruturais tornam-se ainda mais dramáticas à medida que a questão do envelhecimento de agricultores/as viventes nos assentamentos rurais e de seu fenômeno correspondente, a sucessão geracional, apresenta-se enquanto elemento fundamental para a consolidação das experiências campesinas em tais territórios.

## SOCIOLOGIA RURAL E A QUESTÃO GERACIONAL

Enquanto campo de estudos que tem tomado a realidade das populações rurais como objeto de conhecimento científico, a sociologia rural vem propondo, *stricto sensu*, compreensões acerca dos modos rurícolas de ser e de viver, mediados pela maneira singular de sua inserção histórica nos processos sociais mais abrangentes, por meio de análises teóricas que buscam integrar as dimensões sociológicas da atividade agrícola e do mundo rural em uma análise de conjunto da sociedade:

---

<sup>2</sup> De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), datados de 11/09/2023, existem no Brasil 9.450 assentamentos rurais criados e legalmente reconhecidos, envolvendo 958.397 famílias assentadas em uma área total de 87.870.797 hectares. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>.

<sup>3</sup> A realidade dos assentamentos rurais vem sendo tomada como objeto de pesquisa e reflexão sistemática especialmente a partir da década de 1990, período da realização do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, encomendado pelo INCRA (Bergamasco, 1997). Desde então, importantes estudos foram produzidos acerca de tal temática a partir de parceria estabelecida entre órgãos públicos, universidades e pesquisadores(as) brasileiros(as), com destaque para os trabalhos de Bergamasco (1997), Sparovek (2003), França e Sparovek (2005), Ferrante e Aly Junior (2005), Ferrante e Whitaker (2008), IPEA (2013). A Revista Retratos de Assentamentos também se constituiu, desde 1994, enquanto importante espaço de discussão acadêmica sobre a temática dos assentamentos rurais e reforma agrária.

A preocupação de situar as evoluções do mundo rural no interior das evoluções da sociedade global é constante e sistemática. Deve-se sublinhar que esta dupla preocupação já é uma característica forte da sociologia rural, mantendo ao mesmo tempo suas preocupações com uma coerência de certa forma “interna” ao “mundo rural” (a expressão assume aqui todo o seu sentido) e com a integração deste conjunto a uma lógica global (uma coerência, de uma certa forma “externa”) de uma sociedade dita “englobante” para marcar esta “exterioridade atuante”. Pode-se dizer que esta é uma proposição e uma “postura” sociológicas de caráter geral e básico (Jollivet, 1998, p. 09).

No Brasil, o processo de institucionalização da sociologia rural, bem como o delineamento das principais temáticas dos estudos agrários realizados no país, tem se caracterizado por uma associação entre tempo e contexto, entre história e ciências sociais, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos sociais constitutivos da trajetória do país. Desde o início da década de 1950, a construção da agenda de pesquisa em torno das temáticas relevantes para a compreensão do meio rural brasileiro esteve relacionada, em linhas gerais: a) ao debate acerca do papel histórico do campesinato no Brasil, assim como sobre seus modos tradicionais de produção e reprodução social; b) às formas e possibilidades de inserção da agricultura camponesa no processo de modernização agrícola brasileiro, a partir do desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada à economia urbano-industrial e ao setor externo; c) ao processo de expansão da fronteira agrícola e suas consequências para a estrutura fundiária e espaços de produção mercantil; d) às distintas formas com que se manifestou a organização política do campesinato brasileiro (Brumer; Tavares dos Santos, 2006).

Recentemente, ao menos desde a última década do século XX, duas temáticas também emergiram com força no debate sociológico nacional, a saber: a problemática ambiental, na interface estabelecida entre as novas ruralidades e a sustentabilidade ecossistemas (Martins; Cunha, 2020), e também a questão do envelhecimento e masculinização da população vivente no meio rural, o que tem implicado num direcionamento das pesquisas das ciências sociais ao estudo das condições de existência dos jovens e mulheres no meio rural e das possibilidades de sucessão geracional decorrentes das estratégias de reprodução social acionadas pelos camponeses (Brummer; Anjos, 2012).

De forma geral, as reflexões acerca das condições de reprodução social da agricultura familiar tem buscado compreender os modos com que se dão as continuidades e rupturas históricas das práticas, estruturas e instituições sociais que lhe são características, considerando ainda a estreita relação existente entre posição social, profissional e familiar das práticas de reprodução camponesa. Nesta perspectiva, de acordo com Brummer e Anjos (2012), duas formas distintas de abordagens vêm sendo utilizadas para compreensão do fenômeno. A primeira perspectiva enfatiza a *reprodução cotidiana* da agricultura familiar, envolvendo análises temporais de curto prazo:

[...] pesquisas sobre reprodução da agricultura familiar no curto prazo envolvem questões relacionadas às formas e meios de produção (como a apropriação e uso de tecnologias) e sua organização, na qual se incluem a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas com outros agentes sociais e instituições. Estes estudos também analisam as condições de permanência - ou reprodução - da unidade produtiva enquanto tal, envolvendo o trabalho dos membros da família. No estudo desta reprodução levam-se em conta as formas de utilização da terra e de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais e como esses podem garantir ou não a

existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração (Brummer; Anjos, 2012, p. 08-09).

Já a segunda forma de abordar a questão da reprodução social na agricultura familiar busca empreender análises com foco na *reprodução geracional* dos camponeses, abrangendo um horizonte temporal de longo prazo, conforme apontam os autores:

[...] o estudo da reprodução no longo prazo considera como a unidade familiar se perpetua enquanto tal, contemplando a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança. [...] contemplam os processos sucessórios, e seus diferentes aspectos, tais como as formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos (Brummer; Anjos, 2012, p. 09).

Em trabalho que buscou investigar as configurações contemporâneas dos assentamentos rurais a partir do surgimento de novas gerações de camponeses, Arbarotti e Martins (2016) puderam reconhecer a presença de um processo social de sucessão e coexistência entre a primeira geração assentada (a qual lutou, conquistou e reordenou sua vida em função do retorno à terra de trabalho) e a segunda (filhos e filhas de assentados que deram seguimento ao projeto de vida no assentamento). Para os autores, a partir da análise que fazem das relações que as diferentes gerações estabeleceram com a terra, tal convivência é permeada de tensões e acomodações, em que “[...] o processo geracional se configura de forma dinâmica e contínua no jogo entre preservação, esquecimento e inovação cultural e social” (Arbarotti; Martins, 2016, p. 214).

## **JUVENTUDE COMO EXPRESSÃO DO CONTRADITÓRIO: A INTERSECÇÃO ENTRE PRECARIIDADE E POTENCIALIDADE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

A permanência dos/as jovens no campo é um tema candente nos estudos rurais contemporâneos. De forma geral, as pesquisas sobre sucessão geracional na agricultura familiar abordaram as condições objetivas dispostas à juventude rural no processo de reprodução social do modo de vida camponês, dentre as quais se destacam: as possibilidades de geração de renda agrícola, as condições de infraestrutura no campo, o acesso à educação e às novas tecnologias da informação, aspectos legais da transmissão do patrimônio, a relevância das relações familiares patriarcais para a convivência geracional e a atração exercida pelo estilo de vida cosmopolita dos grandes centros urbanos como elementos de estímulo à saída dos jovens do meio rural (Gris; Lago; Brandalise, 2017; Vieira; Bahiense; Silva, 2019).

Na área da educação, os trabalhos de Mello *et al.* (2003) e Mendonça *et al.* (2013) ainda identificaram e discutiram as mudanças nos níveis de escolaridade e sua relação com os padrões sucessórios de duas gerações de agricultores, no tocante às suas trajetórias de vida e inserção no mercado de trabalho. Já o trabalho de Hillesheim e Vizzotto (2015) destacou a dificuldade do acesso da população rural à educação do campo e a importância da pedagogia da alternância para viabilização de tal ingresso.

Entendemos que a compreensão do fenômeno da sucessão geracional em assentamentos rurais é complexa, especialmente para estudos de caso e demais níveis

microsociológicos de análise. Por um lado, analisar tal problemática a partir da economia camponesa enquanto processo de reprodução social e material a direciona, muitas vezes, para compreensão de questões ligadas às condições de trabalho e produção no campo. Portanto, elementos relacionados à implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural, às condições de inserção no mercado e competição, a acesso a crédito e investimentos, se tornam centrais para explicar a reprodução futura dessas populações.

De modo geral, a literatura acadêmica destaca que aos camponeses assentados são destinadas terras ambientalmente degradadas, com baixa fertilidade e em desequilíbrio ecológico. Isto tem limitado a produtividade da agricultura ali praticada, além de expor os cultivos agrícolas tanto à ocorrência de eventos climáticos extremos, como também aos efeitos da contaminação direta e indireta ocorrida pela aplicação de agrotóxicos nas lavouras voltadas à produção de *commodities*. Tal conjunto de questões tem dificultado a consecução da produção agroecológica de alimentos nos assentamentos, afetando diretamente as possibilidades de integração camponesa aos mercados agroalimentares públicos e privados e, por conseguinte, sua capacidade de geração de renda por meio do trabalho familiar (Corrêa; Tafuri; Carvalho, 2023).

Por sua vez, as políticas públicas voltadas aos camponeses assentados não asseguram sua reprodução como agricultor, caracterizando-se pela insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros públicos realizados, pelo baixo grau de articulação entre as políticas de suporte, e por contingências de implementação oriundas dos distintos arranjos normativos operados e do alto grau de descentralização dos níveis de decisão. Assim, podemos inferir um importante grau de vulnerabilidade na condição camponesa experienciada nos assentamentos rurais, ainda que a possibilidade de acesso à terra de trabalho enseje novas perspectivas de reprodução social e garanta minimamente as condições de subsistência das famílias assentadas (Tafuri; Carvalho; Corrêa, 2023).

Entretanto, como apontam Monteiro e Mujica (2022), a opção pela permanência no campo não pode ser explicada somente pelas condições de acesso ao trabalho, renda e políticas públicas, a despeito da centralidade que tais questões adquirem no processo sucessório. Para os autores:

[...] acredita-se ser necessário levar em conta aqueles relacionados aos fatores socioculturais, por exemplo, a influência que a educação e a percepção dos pais têm sobre o futuro da atividade dos filhos. Da mesma forma, pode-se considerar o grau de escolarização e o tipo de educação formal que os jovens recebem, assim como a rede e a solidez das relações sociais estabelecidas dentro e fora das comunidades rurais, podendo forjar opiniões e visões de mundo e, assim, influenciar diretamente a escolha de permanecer ou não na atividade agropecuária e no meio rural (Monteiro; Mujica, 2022, p. 02-03).

A sucessão geracional na agricultura familiar e nos assentamento rurais envolve, na ampla maioria das situações, a participação das novas gerações em um processo de socialização prévio na atividade agrícola, ocorrido a partir das práticas sociais promovidas e vivenciadas desde a infância no cotidiano doméstico. Entretanto, ainda que o aprendizado profissional e a formação da identidade de agricultor reportem a um processo endógeno de produção e reprodução familiar, é possível constatar igualmente as consequências da “[...] desvalorização simbólica de uma atividade cujo aprendizado se dá em grande parte fora da escola, forma consagrada de qualificação profissional, em contextos de homogeneização cultural entre o rural e o urbano e de aumento de escolarização dos jovens” (Brummer; Anjos, 2012, p. 11). Por conseguinte, pensar a juventude rural requer um melhor entendimento das definições de rural e urbano e, portanto, da difícil delimitação entre campo e cidade, visto que

“rural” e “urbano” são categorias de identificação que carregam consigo a construção de identidades pessoais e um conjunto de signos, crenças e valores socialmente estabelecidos:

Além dessa aproximação geográfica entre o campo e a cidade, percebe-se que os sujeitos que residem no meio rural e aqui, em especial, as juventudes rurais, vão adquirindo e construindo valores urbanos à medida que esse espaço passa a ser referência de desenvolvimento pessoal, profissional e educacional. Com estes valores, os jovens são estimulados à formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de “melhoria de vida” associada ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior (Mendes, 2011, p. 26).

A escola e os processos de socialização da infância e juventude são fundamentais na formação identitária dos indivíduos, exercendo influência sobre seus valores e anseios, de modo que a escola urbana acaba sendo, portanto, um reprodutor de valores urbanos. Mendes (2011) propõe a análise das condições de permanência da juventude no campo por três entradas – a educação, o trabalho e o lazer – e identifica que todas essas dimensões da vida social encontram suas referências na cidade. Ainda assim, como argumenta Carneiro (1999) tais referências podem atuar no sentido de reforçar os laços identitários originais ou no sentido de negá-los, de maneira que seu efeito é incerto.

Todavia, a ausência de pontos de referência ligados ao mundo rural, a exemplo de escolas rurais, espaços de lazer no campo e oportunidades de trabalho, contribuem para a desvinculação dessa juventude com o modo de vida camponês. Por outro lado, “[...] a agricultura pode ser considerada como a única oportunidade daqueles que não puderam estudar ou se inserir em outros mercados de trabalho” (Brummer; Anjos, 2012, p. 11), induzindo muitos jovens a optarem pela atividade como decorrência do receio do desemprego urbano e das possibilidades produtivas oriundas da posse de um estabelecimento agrícola, ainda que de pequeno porte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de empenho do trabalho nos assentamentos rurais tem relação direta com a falta de recursos para investimento produtivo, como compra de maquinários e veículos, instalação de sistemas de irrigação, melhoramento de infraestrutura e outros equipamentos que facilitam o manejo agrícola. A situação se torna ainda mais dramática à medida que a população camponesa envelhece e se torna ainda mais árduo o esforço físico decorrente do trabalho no campo. Isso tem implicações na percepção de futuro dos próprios assentados, que em muitos casos estimulam o êxodo rural e incentivam seus filhos a estudarem e a perseguirem carreiras mais qualificadas em ocupações urbanas, com a justificativa de que “a caneta é mais leve que a enxada”, alusão à penosidade da atividade agropecuária.

Considerando o estudo da prática social da luta pela terra como condição histórica condutora das experiências camponesas nos assentamentos rurais, percebe-se de forma cada vez mais nítida a existência de uma quebra geracional entre a primeira e segunda geração assentada, no que se refere aos modos de problematização, identificação, significação e formulação de projetos de vida ligados ao meio rural. No caso da primeira geração assentada, o regresso à terra de trabalho, conquistado por meio da luta organizada de movimentos sociais camponeses e da constituição de assentamentos rurais, permitiu com que os camponeses formados para a vida adulta entre as décadas de 1940 e 1970 pudessem objetivar novamente suas identidades e formas de identificação com o meio rural forjadas em tal período histórico

(ainda que de forma reconfigurada pela ampliação da dependência do dinheiro como forma de mediação social da reprodução camponesa).

Já no caso da segunda geração, é preciso buscar compreender a especificidade histórica com que vêm sendo forjadas estas novas formas de identificação e sua relação com a projeção e consecução de trajetórias de vida dos/as jovens no campo. Neste sentido, torna-se fundamental apreendermos os novos paradigmas que contribuem para formulação dos projetos de vida da juventude camponesa, e no que eles diferem e se aproximam do paradigma da geração anterior, pautado pelo usufruto da terra de trabalho para subsistência familiar e pequena comercialização de excedente. Esta quebra geracional permite supor, igualmente, que presenciamos o esgotamento de um ciclo de políticas públicas de desenvolvimento rural, o qual coincide com a necessidade de reformulação do projeto de reforma agrária a ser implementado no próximo período histórico, e que deverá necessariamente avaliar o *modus operandi* da política de cessão de terras via assentamentos rurais executada nas últimas décadas, como também buscar compreender o processo de reprodução geracional camponesa em toda a sua complexidade.

## REFERÊNCIAS

ARBAROTTI, A. E.; MARTINS, R. C. Configurações contemporâneas dos assentamentos rurais de reforma agrária: o surgimento de novas gerações e a construção de novos projetos de vida. **Política & Trabalho**, v. 45, p. 213-231, 2016.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados [online]**, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BRUMER, A.; TAVARES DOS SANTOS, J. V. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). **Revista Nera**, v. 9, n. 9, p. 49-72, 2006.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2012.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; COSTA, L. F.; SANTOS, R. (org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1999. p. 95-117.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 209 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CORRÊA, V. M.; TAFURI, D. M.; CARVALHO, J. G. Condições e Perspectivas de Reprodução Social Camponesa em Territórios Hegemonizados pelo Setor Sucroenergético In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 10., 2023, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, 2023. p. 1570-1584.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (org.). **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA/Uniará, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, 2008.

FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. (org.). **Assentamentos em debate**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: NEAD, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. 1980. 299 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na Agricultura Familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004-2016). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 7-30, out./dez. 2017.

HILLESHEIM, L. P.; VIZZOTTO, M. A contribuição da formação por alternância na sucessão da agricultura familiar. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 03-08, 2015.

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

JOLLIVET, M. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 1, p. 05-25, 1998.

LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VÉRAS, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2011. p. 29-63.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, R. C.; CUNHA, L. H.. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, v. 92, p. 1-29, 2020.

MELLO, M., A.; SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M.. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora, 2003. p. 1-20.

MENDES, B. G. F. **Políticas públicas e juventude no espaço rural**: assentamento Sepé Tiarajú – Serra Azul/SP. 2011. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **RESR**, v. 60, e235637, p. 1-21, 2022.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

TAFURI, D. M. **Deus e o diabo na terra da cerca**: a educação como expressão da luta pela terra no assentamento Santa Helena. 2019. 241 p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

TAFURI, D. M. Educação e luta de trabalhadores sem-terra como expressão do contraditório. **Práxis Educacional** (Online), v. 17, p. 01-20, 2021.

TAFURI, D. M.; GONÇALVES JUNIOR, L. Terra, trabalho e dinheiro: dilemas e tensões da condição camponesa no Assentamento Santa Helena. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, p. 10-38, 2020.

TAFURI, D. M.; GONÇALVES JUNIOR, L. Condição camponesa no Brasil: a prática da luta pela terra como processo educativo. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 23, p. 279-287, 2022a.

TAFURI, D. M.; GONÇALVES JUNIOR, L. Rompendo a 'terceira cerca': a judicialização da questão ambiental em um Assentamento paulista da modalidade PDS. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, p. 339-364, 2022b.

Diogo Marques Tafuri

TAFURI, D. M.; CARVALHO, J. G.; CORRÊA, V. M. Políticas Públicas e Estratégias de Reprodução Social Camponesa em Assentamentos Rurais do Centro-leste Paulista. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 10., 2023, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos, 2023. p. 331-346.

VIEIRA, J. P. L.; BAHIENSE, D. V.; SILVA, S. M.. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, v. 26, p. 89-10, 2019.

---

**Recebido em:** 23 fev. 2024.

**Aprovado em:** 25 abr. 2024.